

EMPRESA:_

Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

COMPROVANTE RETIRADA DE EDITAL

CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
CEP:	FONE: ()
E-MAIL:	
FAX:	
MODALIDADE: PREGÃO PRES	NCIAL N°. 011/2013
analógicos e 4 ramais digitais, 4 in	ca nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais erface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de ração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar os.
PROCESSO N°. 0.187/2013	
Obtivemos, através do acesso <u>www.</u> identificada.	ma.es.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima
	a Câmara Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o 8-lo ao Setor de Licitação, por meio de fax: 27 – 3256-9492 ou do e-mail
fax ou e-mail, de eventuais esclare	mara Municipal de Aracruz da responsabilidade da comunicação, por meio de imentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de cabendo posteriormente qualquer reclamação.
Local:,	de 2013.
Nome por extenso:	
RG n°	

ASSINATURA

Pregão Presencial nº. 011/2013 — Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. Proc. 0.187/2013.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

MINUTA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°. 011/2013

Processo nº. 0.187/2013

A Câmara Municipal de Aracruz, pessoa jurídica de direito público interno, por meio do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pelo Ato nº 1.977 de 06/02/2012, Ato nº 2.124 de 25/02/2013 e Ato nº 2.136 de 25/03/2013, torna público que, na data, horário e local abaixo assinalado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL de nº. 011/2013 que tem como objeto a Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos., conforme Requisição ao Compras nº. 024/2013, da Câmara Municipal de Aracruz, com critério de julgamento de menor preço, que será regido pelas disposições da Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 (subsidiariamente), conforme disposições deste Edital e seus respectivos Anexos.

REGÊNCIA E REGIME

Regência: Leis n°.s 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo de Licitação: Menor preço.

Regime de Execução: Indireta.

Critério de Julgamento: Menor Preço Global.

Repartições interessadas: Câmara Municipal de Aracruz.

Prazo de Validade da Proposta: 60 dias a partir da data de entrega dos envelopes.

Data, hora e local do Credenciamento: 08-05-2013 a partir das 14h30min, na Sala da Sessão de

Pregão, sito na Rua Professor Lobo - nº. 550 Cep: 29.190-910 -

Centro - Aracruz - ES.

Data/Hora da Abertura: 08-05-2013 a partir das 14h30min

1. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1.1. O presente pregão tem por objeto a Aquisição de Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos em atendimento a Câmara Municipal de Aracruz.
- 1.2. O objeto desta licitação será executado rigorosamente de acordo com o *Anexo I Formulário "Especificações e Cotação de Preços"*, *Anexo II Termo de Referencia* e terá como Órgão Gestor a Câmara Municipal de Aracruz.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

1.3. A Dotação Orçamentária para fazer face ao objeto da Licitação correrá a conta do Orçamento vigente, a saber:

00000025	CÓDIGO REDUZIDO
001000	CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ
2154	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA UNIDADE
3449052000000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

2. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 2.1. O prazo máximo para a entrega e instalação do equipamento será de 20 (vinte) dias corridos, entrega única, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Câmara Municipal de Aracruz CMA, podendo ser prorrogado, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniência Desta Casa de Leis.
- 2.1.1. O equipamento será recebido da seguinte forma;
- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do equipamento e consequente aceitação;
- b) definitivamente, após a verificação da conformidade do equipamento e consequente aceitação.
- 2.1.2. Se a qualidade do equipamento entregue não corresponder às especificações do Edital, estes será devolvido no todo ou em parte, aplicando-se as penalidades cabíveis.
- 2.1.3. Prazo de Garantia: Garantia da Fábrica, não podendo ser inferior ao da Lei nº. 8.078 de 11/09/90 do Código de Defesa do Consumidor.
- 2.1.4. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento e entrega dos materiais.
- 2.1.5. A empresa deverá instalar o Aparelho, é de total responsabilidade da mesma todos os materiais necessários para a instalação do equipamento no local a ser informado pela CMA.
- 2.1.6. O serviço de instalação inclui o emprego de todo material e mão-de-obra necessária ao perfeito funcionamento do equipamento especificado. O fornecimento implicará em assistência técnica no período da garantia, que deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a partir da instalação, bem como no treinamento do servidor que irá operar a central telefônica, de acordo com as especificações técnicas constantes neste termo.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Não poderão participar da presente licitação as interessadas que:
 - a) se encontrem em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
 - b) tenham sido decretadas as suas falências;
 - c) estejam cumprindo suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Publica bem como licitantes que se



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

apresentem constituído na forma de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

- d) empresas estrangeiras que não funcionem no país.
- 3.2. Poderão participar desta licitação as interessadas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão; atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos e ainda as exigências para habilitação, requeridas neste Edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e Lei Municipal nº. 3.063 de 13 de dezembro de 2007, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme Item 8.2.3 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.
- 4.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Câmara convocar para nova sessão pública as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.
- 4.3. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 4.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 4.4.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 4.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.
- 4.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

4.4.6. As licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a LC 123/2006, deverão apresentar, no ato do credenciamento para comprovação de tal condição, a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou ainda o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta (dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06).

4.5. Os privilégios concedidos pela LC 123/2006 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO/ABERTURA DA LICITAÇÃO

- 5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 5.1.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos ou providências e de impugnar este Edital aquele que não o fizer dentro do prazo estabelecido no item 5.1.
- 5.1.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.1.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

5.2. ABERTURA DA LICITAÇÃO

5.2.1. A sessão para recebimento dos documentos das proponentes será pública e realizada em conformidade com a legislação citada no preâmbulo deste Edital, suas cláusulas e Anexos.

6. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO/ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. CREDENCIAMENTO

- 6.1.1. As licitantes deverão se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro e equipe de apoio, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, da seguinte forma:
- 6.1.2. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. No caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documentos de eleição dos administradores.
- 6.1.3. Tratando-se de procurador, procuração por instrumento público (original ou cópia autenticada) ou procuração particular (com firma reconhecida), da qual constem poderes para representar a outorgante em licitações públicas, podendo para tanto formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a certames públicos, acompanhado de correspondente documento, dentre os indicados no subitem anterior, que comprove os poderes do mandante da outorga;
- 6.1.4. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 6.1.5. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 6.1.6. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 6.1.7. Além dos envelopes contendo a proposta e documentação para habilitação, os interessados ou seus representantes apresentarão em mãos ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Aracruz, **DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE A LICITANTE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, de acordo com o inciso VII, Artigo 4º da Lei nº. 10.520/2002, conforme o modelo a seguir, no ato do Credenciamento:

DECLARAÇÃO

Referência: Pregão Presencial nº. 011/2013.

A empresa:				, (razâ	io social	da 1	icitante),	inscrita	no C	NPJ s	ob o	o nº.
,	por	intermédio	de	seu	represer	ntante	legal	O	(a)	Senh	or	(a)
		,	po	rtador	(a)	da	Carteira	a de	Id	entidad	le	n°.
		, CPF 1	n°			, DI	ECLARA,	para fins	do di	sposto	no i	nciso
VII, do Artigo 4º da	a Lei n'	2. 10.520/2002,	que ci	ımpre p	lenamente	e os re	equisitos o	le habili	tação e	estabele	ecido	os no
instrumento convoca	tório.											
Loc	cal e dat	a	••••									
			•••••	•••••	Re	presen	tante lega	 I	•••••	•••••		

Obs.: Esta Declaração deverá ser impressa em papel timbrado ou com carimbo da empresa licitante e entregue em mãos ao Senhor Pregoeiro no ato do credenciamento.

- 6.1.8. As empresas que não se fizerem, representar deverão enviar a referida declaração, em envelope separado, devidamente assinado pelo sócio ou procurador da empresa, com os seguintes documentos anexo:
 - a) tratando-se de representante legal, o Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumirem obrigações em decorrência de tal investidura;
 - b) tratando-se de procurador, a Procuração por Instrumento Público (original ou cópia autenticada) ou procuração particular (com firma reconhecida), da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

Pregão Presencial nº. 011/2013 — Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. Proc. 0.187/2013.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

6.2. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

ENVELOPE A

EDITAL DE PREGÃO N°. 011/2013. PROPOSTA DE PREÇOS. RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ.

ENVELOPE B

EDITAL DE PREGÃO N°. 011/2013. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ.

6.2.1. A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ:

- a) ser elaborada em papel timbrado da empresa, e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;
- b) indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico.
- c) ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes;
- d) o prazo para a entrega dos produtos deverá ser a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Câmara Municipal de Aracruz CMA, conforme o *Item 2 e subitens*.
- e) apresentar COTAÇÃO DOS PREÇOS, tendo como modelo o *Anexo I ("Especificações e Cotação de Preços")*, onde constarão: número do item, especificação, marca (quando for o caso), unidade, quantidade, valor unitário do item, valor total do item e da Proposta;
- f) ser cotada obrigatoriamente em Real (R\$), com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula, com fixação do prazo de Validade da Proposta;
- g) declarar expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;
- h) conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado:



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

i) - declarar expressamente que aceita todas as exigências do Edital e de seus Anexos.

- 6.2.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.
- 6.2.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 6.2.4. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.
- 6.3. Ocorrendo discrepância entre preços unitários e parciais ou entre parciais e subtotais ou, ainda, entre estes e o total, prevalecerão sempre os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias. No caso de divergência entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os últimos;
- 6.4. Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta comercial para esta licitação. E caso a licitante apresente mais de uma proposta, o Pregoeiro considerará todas as suas propostas desclassificadas para todos os efeitos;
- 6.5. O preço ofertado na proposta ou em cada lance será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, seja para mais ou para menos;
- 6.6. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;
- 6.6.1. Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim.
- 6.6.2. A falta do CNPJ, e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".
- 6.7. A simples apresentação da proposta implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nela contidas.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 7.1. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 7.1.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope "Proposta" estará encerrado o credenciamento e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 7.2.1. No tocante aos preços das propostas, serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 7.2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 7.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 7.4. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.4.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances determinados pelo Pregoeiro, aplicável inclusive em relação ao primeiro.
- 7.6. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.7. Serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 7.8. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 7.9. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do *menor preço global*, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.9.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será aferido a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, nos termos de pesquisa realizada pela Câmara, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 7.10. Considerada aceitável a oferta de *menor preço global*, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.11. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
 - a) substituição e apresentação de documentos obtidos via Internet; ou
 - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 7.11.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 7.11.2. A Câmara não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.
- 7.14. Logo após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma.
- 7.14.1. A Câmara declarará que ocorreu o empate descrito acima e desde já convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;
- 7.14.2. Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances e negociação, o pregoeiro deverá informar as licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;
- 7.14.3. Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital,
- 7.14.4. Não ocorrendo à contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;
- 7.14.5. Caso não ocorra à contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

8. HABILITAÇÃO

- 8.1. Após o encerramento da fase de lances verbais com o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-á à abertura do *envelope B*, para análise dos documentos de habilitação da proponente classificada.
- 8.2. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos *subitens* 8.2.1 *a* 8.2.3, desde que atendidos os requisitos especificados nas *OBSERVAÇÕES 1 a 8* deste item.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- 8.2.1.2. Ato constitutivo e alterações subseqüentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- 8.2.1.3. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou
- 8.2.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.1.5. Os documentos relacionados nos subitens "8.2.1.1" a "8.2.1.3" do item 8.2.1 não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.
- 8.2.1.6. Declarações conforme abaixo:
 - a) Declaração que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditiva da habilitação, conforme artigo 32, parágrafo 2°, Lei n°. 8.666/1993, como exemplificado no modelo abaixo:

DECLARAÇÃO

Referência: Pregão Presencial nº. 011/2013.

A	empresa:						,	inscri	ta n	О	CNPJ	so	b o	o nº.					sediad	a	na
						, de	clara	, sob	as pe	nas	da I	.ei, o	que	até a	pres	sente	data	ine	xistem	fat	OS
im	peditivos p	ara a	sua h	abilitaç	ção no p	resent	te pro	cesso	licita	ório	o, cier	ite d	a ob	rigato	rieda	ade de	e decl	larar	ocorr	ênci	ias
po	steriores.																				
	Local e	data	 I			•••••	•••••	•••••													
					eclarant		•••••	,													
					entidade																

b) - Declaração de que não possui em seu quadro funcional, menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de quatorze anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz. (Lei nº. 9.854, de 27/10/1999, DOU de 28/10/1999), conforme modelo a seguir:

Pregão Presencial nº. 011/2013 — Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. Proc. 0.187/2013.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

DECLARAÇÃO

Referência: Pregão Presencial nº. 011/2013.

A empresa:	, inscrita no C	NPJ sob o n°, por
intermédio de seu representante legal o (a) Sen	ıhor (a)	, portador da
Carteira de Identidade nº.	e do CPF n°	, DECLARA,
para fins do disposto no inciso V do Artigo 27	da Lei nº. 8.666, de 21 de	junho de 1993, acrescido péla Lei nº. 9.854,
de 27 de outubro de 1999, DOU de 28/10/19	999, que não emprega mo	enor de dezoito anos, em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre, e não emprega menor de	e dezesseis anos.	
Ressalva: emprega menor, a partir de qu	•	de aprendiz. ().
Aracruz, de de 2	2013.	
(Representante legal)		
(Observação: em caso afirmativo, assina	alar a ressalva acima)	

Obs.: Estas Declarações deverão ser impressas em papel timbrado ou com carimbo da empresa licitante e entregue no envelope "B" documentação, pois fazem parte dos referidos documentos de habilitação.

8.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.2.1. Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 30 (*trinta*) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.2.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão CNPJ).
- 8.2.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (com situação ativa) ou Municipal (Alvará de Funcionamento), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- 8.2.3.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- 8.2.3.4. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social CND.

Observação: A regularidade perante o INSS será comprovada por meio de Certidão Negativa de Débito emitida pelo próprio INSS ou pela RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

8.2.3.5. Certidões de regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal).

Pregão Presencial nº. 011/2013 — Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. Proc. 0.187/2013.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Observação: A regularidade perante a Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional poderá também ser comprovada por certidão conjunta, conforme *Portaria Conjunta PGFN - RFB nº*. 02, de 31 de Agosto de 2005.

- 8.2.3.6. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.
- 8.2.3.7. Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente. A proponente com filial no Município de Aracruz fica obrigada a fornecer a certidão relativa a esta Filial, para atendimento do item.
- 8.2.3.8 Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal nº. 12.440/2011.

OBSERVAÇÕES:

1) – O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

- 2) Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.
- 3) A documentação exigida nos subitens do *item 8* deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (número de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).
- 4) A aceitação dos documentos obtidos *via "Internet"* ficará condicionada conforme o caso, à confirmação de sua validade também por esse meio, pelo *Pregoeiro*.
- 5) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Câmara Municipal, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de *03 (três)* meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame, com exceção do item 8.2.2 subitem 8.2.2.1.
- 6) Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais competentes, ou em publicação de órgão da imprensa na forma da lei, exceto a proposta, para a qual deve ser observado o disposto no *subitem 6.2.1*.
 - 6.1) Nenhum documento será autenticado nas sessões da licitação.
 - 6.2) Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.
- 7) Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido no item 8 deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.
- 8) A fim de facilitar a conferência dos documentos exigidos para a Habilitação, pede-se que os mesmos sejam colocados no envelope "Documentos de Habilitação", na ordem em que foram exigidos no Item 8.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

9. ADJUDICAÇÃO

- 9.1. Verificando o atendimento das condições de habilitação da proponente de *menor preço global* esta será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.
- 9.1.1. Se a proponente de menor preço não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação das proponentes das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela feita à adjudicação do objeto da licitação.

10. FASE RECURSAL

- 10.1. Declarada à vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de *03* (*três*) dias para apresentação das razões e de *igual prazo* para as contra-razões, com imediata intimação de todas as presentes e assegurada também imediata vista dos autos.
- 10.1.1. A petição de recurso poderá ser feita na própria sessão, mediante consignação em ata.
- 10.1.2. A falta de manifestação, nos termos do subitem 10.1, importará na decadência do direito de recurso.
- 10.2. Os recursos não terão efeito suspensivo.
- 10.2.1. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.3. Os recursos deverão ser dirigidos ao pregoeiro e protocolizados nos dias úteis, das 12h00min às 18h00min *na Rua Professor Lobo, 550 Centro Aracruz Cep: 29-190-910*, observando o prazo previsto no Inciso XVIII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520/2002.
- 10.4. Os recursos deverão ser instruídos com cópia do Contrato Social, com Mandato Procuratório, autenticados em Cartório, por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais competentes, ou em publicação de órgão da imprensa na forma da Lei, para representar a empresa recorrente com a devida qualificação de seu representante legal.

11. HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

11.1. HOMOLOGAÇÃO

11.1.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida ao Ordenador de despesas da Câmara Municipal de Aracruz para homologação.

11.2. CONTRATAÇÃO

11.2.1. A adjudicatária será convocada para assinar o respectivo instrumento contrato, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações subseqüentes e neste Edital.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 11.2.2. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação da adjudicatária, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara.
- 11.2.3. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.
- 11.2.4. Incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seu eventual termo aditivo no órgão da imprensa oficial.
- 11.2.5. O contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no art. 78, com os desdobramentos dos arts. 79 e 80 da Lei nº. 8.666/93.
- 11.2.6. Por resultar em obrigações futuras, **inclusive assistência técnica**, a contratação será celebrada com duração de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do termo de contrato, conforme § 4°, Artigo 62 da Lei 8.666/1993.

12. RECEBIMENTO

- 12.1. O objeto desta licitação será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/1993 com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/1994 e seguintes, e demais normas pertinentes.
- 12.2. O equipamento deverá ser entregue conforme item 2 deste edital, no Setor de Patrimônio da Câmara, situado na Rua Professor Lobo nº. 550 Centro, neste Município, bem como a cópia reprográfica da "Ordem de Fornecimento".
- 12.3. Se a qualidade dos materiais entregues não corresponder às especificações do Edital, estes serão devolvidos, aplicando-se as penalidades cabíveis.

13. CONDICÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado após a entrega do equipamento, instalação e do treinamento, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta licitação, deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias corridos, bem como depois de cumprida a exigência legal de apresentação das certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

14. DA RETIRADA DA ORDEM DE FORNECIMENTO

14.1. Após empenho, será convocada a vencedora da licitação para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da notificação, retirar a "Ordem de Fornecimento", sob pena de decair o seu direito, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas no item 16 deste Edital.

15. FORNECIMENTO

15.1. O fornecimento do equipamento efetuado mediante expedição, pela Câmara Municipal de Aracruz - CMA, da "Ordem de Fornecimento", da qual constarão à identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do pregão, do processo, a identificação da Contratada, as especificações dos itens, quantidade, data, horário e endereço de entrega, preços unitários e totais, que substituirá o Termo do Contrato;



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 15.1.1. A Ordem de Fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.
- 15.2. Dentro do prazo de validade da proposta, a licitante vencedora, fica obrigada a fornecer o equipamento ofertado, na quantidade indicada pela Câmara Municipal de Aracruz CMA na "Ordem de Fornecimento".
- 15.2.1. O equipamento será devolvido na hipótese do mesmo não corresponderem às especificações constantes do Edital, devendo ser substituídos pela empresa contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, descritas no Item 16 deste Edital.

16. PENALIDADES

- 16.1. Pela recusa em aceitar o pedido de compras e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a adjudicada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.
- 16.2. A penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.
- 16.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da empresa vencedora, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicado, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:
 - a) multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento realizado com atraso, até o décimo dia corrido; após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "b".
 - b) multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total da inadimplência referente ao (s) item(ns) constante da Ordem de Fornecimento, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.
 - c) cancelamento da contratação e suspensão temporária ao direito de licitar com o Câmara de Aracruz, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de, no mínimo, uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento.
- 16.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa ganhadora da Licitação, ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.
- 16.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa vencedora da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar a Câmara de Aracruz.
- 16.6. Constatada a inveracidade de qualquer das informações fornecidas pela licitante, esta poderá sofrer quaisquer das penalidades adiante previstas:
 - I suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Câmara pelo prazo de 12 (doze) meses;



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

16.7. À proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Aracruz pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Eventuais impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas nos dias úteis, das 12h00min às 18h00min na Rua Professor Lobo 510 centro nesta cidade, observando o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal nº. 8.666/1993, e suas alterações.
- 17.1.1. No ato de autuação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).
- 17.2. Informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor.
- 17.2.1. Questões Técnicas e Jurídicas deverão ser formuladas por escrito e dirigidas ao pregoeiro devendo ser protocolizadas nos dias úteis, das 12:00 às 18:00 horas na Rua Professor Lobo, nº. 550 Centro ARACRUZ ES ou através do endereço eletrônico **pregao@cma.es.gov.br**, devendo ser formuladas no padrão DOC/DOCX ou PDF e anexadas.
- 17.2.2. Questões Diversas poderão ser obtidas junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio através do telefax 0XX (27) 3256-9491, no horário 12h00min às 18h00min ou através do endereço eletrônico **pregao@cma.es.gov.br**, devendo ser formuladas no padrão ODT ou PDF e anexadas.
- 17.2.3. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.
- 17.3. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro de ARACRUZ, observadas as disposições do § 6º do artigo 32 da Lei Federal nº. 8.666/1993.
- 17.4. Fica assegurado a Câmara Municipal de Aracruz o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 17.5. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CMA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 17.8. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 17.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- 17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Aracruz.
- 17.11. As empresas que receberem o Edital por meio eletrônico serão responsáveis pelo envio do aviso de recebimento ao Pregoeiro. Se não enviado este aviso, a empresa poderá não ser notificada sobre eventuais alterações do presente Edital ou informações prestadas pelo Pregoeiro.
- 17.12. A condição de emissão de documentos de cobrança, pagamento, reajustes, garantia de execução, penalidades, obrigações, responsabilidades e outras, são as estabelecidas neste Edital e na Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações.
- 17.13. Constituem motivos para a rescisão às situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

18. CADERNO DE LICITAÇÃO

- 18.1. Faz parte integrante do presente Edital:
 - 18.1.1. Anexo I (Formulário "Especificações e Cotação de Preços");
 - 18.1.2 Anexo II (Termo de Referencia);
 - 18.1.3 Anexo III- (Minuta de Contrato).
- 18.2. Seguem abaixo os endereços da Câmara citado neste Edital para informações e esclarecimentos concernentes ao objeto desta licitação:

PARA RETIRADA DO CADERNO DE LICITAÇÃO:

No site da Câmara:

www.cma.es.gov.br

No link Portal da Transparência (Licitações)

No local:

Sessão de Pregão Rua Professor Lobo - nº. 550 - Centro - Sede - ARACRUZ - ES. Horário de funcionamento das 12h00min às 18h00min. Telefax. 0XX(27) 3256-9463 e Tel. 3256-9491.

PARA PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DE QUALQUER NATUREZA COM RELAÇÃO AO EDITAL:

Protocolo Geral da Câmara:

Rua Professor Lobo - nº. 550 - Centro - Sede - ARACRUZ - ES.

Pregão Presencial nº. 011/2013 — Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. Proc. 0.187/2013.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Horário de funcionamento das 12h00min às 18h00min. Tele fax. 0XX (27) 3256-9497.

OU

Solicitar através do endereço eletrônico:

pregao@cma.es.gov.br

18.3. No ato do recebimento do "Caderno de Licitação" deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

ARACRUZ - ES, de de 2013.

Erica Matos Pajehu Loureiro Pregoeiro Oficial da CMA



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I

FORMULÁRIO "ESPECIFICAÇÕES E COTAÇÃO DE PREÇOS"

Item	Und	Descrição	Marca	Qtd	Vr. Unit	Vr. Total		
001	Und	Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos.		01				
Valor T	Valor Total da Proposta R\$							
Valor T	Valor Total por extenso: ()							

OBSERVAÇÕES:

- 1) A licitante deverá trazer a proposta escrita em conformidade com o determinado com o item **6.2.1 e demais** especificações contidas no Edital do Pregão Presencial nº. 011/2013.
- 2) Caso seja necessário maiores esclarecimentos, entrar em contato com a Pregoeira no endereço e telefones disponibilizados no item 18, subitem 18.2.

DADOS DA PROPONENTE: Nome: Razão social: CNPJ nº: Banco: Agência nº: Conta nº: Endereço completo: Telefones: E-mail: Validade da proposta (não inferior a 60 dias): Prazo de entrega: (conforme Item 2 e subitens do edital)



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Declaração:

1 - Declaro que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

2 - Declaramos que aceito todas as exigências do Edital e de seus anexos
Em de 2013.

Assinatura da Proponente



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA RC 024/2013

1 - OBJETO:

1.1 A presente contratação tem como objeto a aquisição de 01 (uma) Central Telefônica Tipo PABX em atendimento a Câmara Municipal de Aracruz.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Discriminação	Marca	Und	Quant	Valor Unit	Valor Total
01	Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos.		Und	01		

2.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

OBS.: Central Telefônica tem que vir acompanhado dos seguintes módulos:

- 1 x Placa tronco E1 para 30 canais
- 4 x Placa de 16 ramais analógicos
- 1 x Placa mista de 12 ramais analógicos + 4 ramais digitais
- 1 x Placa tronco de 8 canais analógicos
- 4 x Interface celular Quadriband
- 1 x Placa base de acessórios com interface Ethernet
- 1 x Software Tarifador Controller.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. A despesa decorrente do objeto deste Termo de Referência ocorrerá por conta da seguinte disponibilidade orçamentária:

025	Código Reduzido.
001000	Câmara Municipal de Aracruz.
2154	Administração e Manutenção da Unidade
3490520000000	Equipamento e Material Permanente
1101	CMA - Recursos Próprios (Recurso do Tesouro)



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

4. JUSTIFICATIVA / MOTIVAÇÃO:

- 4.1. A Câmara hoje possui uma Central Telefônica que foi adquirida no ano de 2001, e está apresentando vários problemas e não encontra mais peças de reposição no mercado.
- 4.2 A aquisição visa substituir o atual equipamento em uso na Câmara Municipal de Aracruz, que tecnicamente estão obsoletos e não atendem às exigências atuais desta Casa de Leis no tocante à capacidade, comunicação e gerenciamento das ligações telefônicas.
- 4.3 Através desse novo equipamento pretende-se melhorar a manutenção da disponibilidade dos canais de comunicação em níveis interno e externo e atender as necessidades de comunicação telefônica interna e externa da CMA, com operacionalidade dentro dos padrões atuais dos equipamentos de telefonia disponíveis no mercado.

5 - PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 5.1 O equipamento e os materiais devem ser entregues e instalados em perfeito funcionamento na Câmara Municipal de Aracruz ES em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento de da Ordem de Fornecimento autorizada por parte da CMA.
- 5.2 A empresa deverá instalar o Aparelho, é de total responsabilidade da mesma todos os materiais necessários para a instalação do equipamento no local a ser informado pela CMA.
- 5.3 O serviço de instalação inclui o emprego de todo material e mão-de-obra necessária ao perfeito funcionamento do equipamento especificado. O fornecimento implicará em assistência técnica no período da garantia, que deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a partir da instalação, bem como no treinamento do servidor que irá operar a central telefônica, de acordo com as especificações técnicas constantes neste termo.
- 5.4 O equipamento será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação.

6 - RECEBIMENTO:

6.1 O equipamento deverá ser entregue no Setor de Patrimônio da Câmara Municipal de Aracruz, situado na Rua Professor Lobo, nº. 550, Centro, CEP 29190-910, Aracruz /ES. TEL: (27) 3256 – 9491.

7 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento do preço pactuado será efetuado após a entrega do equipamento, instalação e do treinamento, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta licitação, deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias corridos, bem como depois de cumprida a exigência legal de apresentação das certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

8 – TREINAMENTO:

A CONTRATADA deverá prever treinamento, com o seguinte conteúdo programático:

- 8.1 Programa Usuários
- 8.1.1 Operação de Ramal



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Funções básicas dos ramais de usuário; Atendimento, encaminhamento, geração de chamadas e captura; Simulações práticas;

8.1.2 - Programa Telefonista 8.1.2.1 - Apresentação do Sistema Visão geral do sistema; Principais funcionalidades; Papel da telefonista;

8.1.3 - Sistema de Operação e Manutenção Conceito;

Telas de Operação; Atendimento, encaminhamento e geração de chamadas; Agenda, serviço noturno e estacionamento; Simulações práticas;

8.1.4 - Administrador Básico

Conceitos:

Configurações básicas de ramal;

Contas, Grupos, Linhas de emergência, outras configurações;

Tarifador;

Exercícios práticos.

9 - LOCAL E PRAZO DO TREINAMENTO

- 9.1 O treinamento será realizado nas dependências da Câmara Municipal de Aracruz e deverá ser realizado imediatamente após a ativação do sistema.
- 9.2 A Contratada deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) (a) operador (a) do sistema PABX no período de no máximo 03 (três) dias úteis, para ministrar o referido treinamento.
- 9.3 Os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários do operador (a), bem como os custos referentes à segurança no trabalho, alimentação e saúde correrão por conta da CONTRATADA.
- 9.4 O referido treinamento se dará no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

10 - INSTALAÇÃO E TESTES

- 10.1 A instalação do equipamento deve observar as exigências da concessionária, conforme normas vigentes aplicáveis.
- 10.2 O equipamento deverá ser instalado nas dependências do CMA.
- 10.3 Ficará por conta da CONTRATADA o fornecimento de todo o material e acessórios necessários à instalação do equipamento objeto desta especificação.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 10.4 Até 10 (dez) dias antes do início dos serviços de instalação, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação a programação de realização dos serviços.
- 10.5 Os projetos técnicos de instalação do equipamento deverá observar o que estabelece as normas vigentes.
- 10.6 A execução de todos os serviços de instalação deverá:
- 10.6.1 Ser feita por pessoal especializado.
- 10.6.2 Oferecer garantia sobre o equipamento e serviço executado, contada a partir da data de recebimento definitivo do objeto contratado.
- 10.6.3 Obedecer ao cronograma fixado pelo contrato.
- 10.6.4 A execução dos serviços de instalação do equipamento de telefonia não deverá interferir no regular funcionamento do sistema existente, até que os novos equipamentos estejam funcionando plenamente.
- 10.6.5 A empresa obriga-se a reparar, corrigir, remover, construir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em partes, o serviço executado em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução;
- 10.6.6 O serviço não poderá sofrer paralisação por mais de 24 (vinte e quatro) horas em sua execução, sem justificativa aceita pela Administração.
- 10.6.7 A empresa será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso de materiais e instalações, excluída a Administração de quaisquer reclamações e indenizações.
- 10.6.8 Será de inteira responsabilidade civil da CONTRATADA o ressarcimento eventual de danos materiais causados a seus empregados ou a terceiros.
- 10.7 A CMA poderá:
- 10.7.1 Convocar o responsável designado pela CONTRATADA sempre que necessário, durante o período de instalação.
- 10.7.2 Exigir que a empresa execute os trabalhos sem causar sujeira ou danos ao patrimônio do CONTRATANTE. Ocorrendo o contrário, a empresa deverá às suas expensas, providenciar o reparo ou reposição, sem ônus para A CMA.
- 10.9 Os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários dos prepostos, bem como os custos referentes à segurança no trabalho, alimentação e saúde correrão por conta da CONTRATADA.
- 10.10 O transporte de materiais, equipamentos, pessoal, correrá por conta da CONTRATADA.
- 10.11 O projeto de instalação do equipamento deverá ser previamente detalhado pela CONTRATADA e submetido à apreciação e aprovação do CONTRATANTE.

11 - DA GARANTIA



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 11.1 Todo o equipamento fornecido, inclusive seus periféricos e serviços executados, deverão ser garantidos por um período mínimo de 12 (doze) meses a partir da instalação, durante o qual a licitante se comprometerá em substituir sem ônus para a CMA, todas as peças, partes ou componentes que vierem a apresentar defeitos de fabricação ou divergência quanto ao perfeito funcionamento do mesmo, desde que esses não sejam provenientes de operação e/ou manuseio inadequado do equipamento, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas do solicitado.
- 11.2 Caso o problema não seja solucionado a CONTRATADA deverá substituir o equipamento em no máximo 24 (vinte e quatro) horas. O novo equipamento deve ser semelhante ou superior ao equipamento a ser substituído.
- 11.3 Todos os programas (softwares) utilizados para o perfeito desempenho das funções da Central Telefônica e de seus periféricos deverão ser garantidos por um período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da instalação, durante o qual a licitante se comprometerá em substituir, sem ônus, todas as atualizações de software do equipamento, bem como corrigi-las caso seja necessário.
- 11.3.1 O referido lapso de tempo deve-se ao fato de se evitar que a CMA adquira equipamento obsoleto do ponto de vista de reposição de partes, peças ou componentes.
- 11.4 Excluem-se desta garantia os defeitos provocados por mau uso comprovado ou em desacordo com as instruções fornecidas de manuseio e ainda, os causados por descargas atmosféricas e elétricas ou causas de força maior, tais como incêndios, inundações e outras comprováveis por laudo pertinente.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE FONECIMENTO Nº. 000/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CÂMARA DE ARACRUZ - ES E A EMPRESA:

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ - ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no	o CNPJ sob o
nº. 39.616.891/0001-40, com sede na Rua Professor Lobo, nº. 550, Centro, Aracruz - ES, doravante	e denominado
CONTRATANTE, neste ato representado pelo Presidente o senhor, r	nacionalidade,
estado civil, profissão, residente, , portador do CPF nº	e da CI nº.
, e a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CN	NPJ/MF sob o
nº, estabelecida na	, doravante
denominada CONTRATADA, representada pelo (a) Sr. (a)	,
nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº e CI nº e CI nº	, residente
na, tendo em vista as Requisições ao Compra nº. 024/2013 da Câma	
de Aracruz, constante do Processo Administrativo nº. 0.187/2013, nos termos das Leis nº.s 1	0.520/2002 e
8.666/1993, proposta julgada e aceita pelo Pregoeiro Oficial da CMA, resolvem assinar o presente	contrato que
reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente instrumento tem por objeto a aquisição de equipamentos Aquisição de Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. para atender a Câmara Municipal de Aracruz, conforme especificações constantes do Anexo I Formulário "Especificações e Cotação de Preços" e Anexo II Termo e Referência, do edital de Pregão Presencial nº. 000/2013, parte integrante deste Contrato, para todos os efeitos, independente de transcrição.
- 1.2 A Contratada será responsável pelo fornecimento do equipamento, objeto deste instrumento contratual, pelo preço global proposto e aceito pelo Contratante.
- 1.3 A Contratada deverá observar rigorosamente as instruções da Câmara competentes no que tange ao controle de qualidade dos equipamentos ofertados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

2.1 - O pagamento da importância relativa à aquisição dos equipamentos correrá por conta de Dotação Orçamentária própria, já consignada no vigente orçamento, assim discriminado:

Pregão Presencial nº. 011/2013 — Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. Proc. 0.187/2013.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

00000025	CÓDIGO REDUZIDO
001000	CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ
2154	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA UNIDADE
3449052000000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1.1 O pagamento do preço pactuado será efetuado após a entrega do equipamento, instalação e do treinamento, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta licitação, deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias corridos, bem como depois de cumprida a exigência legal de apresentação das certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias.
- 3.2 Para efetivação do pagamento é obrigatória à apresentação das Certidões Negativas de Débito de INSS, FGTS e CNDT, devidamente atualizados, que deverão ser anexadas à(s) nota(s) fiscal e entregues ao Setor de Contabilidade da Câmara.
- 3.3 O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.
- 3.4 Estão incluídos no valor global os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento e entrega dos equipamentos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

- 4.1 Por resultar em obrigações futuras, **inclusive assistência técnica**, a contratação será celebrada com duração de 12 (doze) meses, contados da data da efetiva instalação do equipamento.
- 4.2 O prazo máximo para a entrega e instalação em perfeito funcionamento do equipamento será de 20 (vinte) dias corridos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, expedida pela Câmara Municipal de Aracruz CMA, podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência da Câmara.
- 4.2.1 O equipamento deverá ser entregue na **Câmara Municipal de Aracruz Setor de Patrimônio, situado na Rua Professor Lobo, nº. 550, Centro**, neste Município, bem como a cópia reprográfica da "Ordem de Fornecimento".
- 4.3 O equipamento deverá ser entregue com certificado de garantia e manual de instrução.
- 4.4 A empresa deverá instalar o Aparelho, é de total responsabilidade da mesma todos os materiais necessários para a instalação do equipamento no local a ser informado pela CMA.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 4.5 O serviço de instalação inclui o emprego de todo material e mão-de-obra necessária ao perfeito funcionamento do equipamento especificado. O fornecimento implicará em assistência técnica no período da garantia, que deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, bem como no treinamento do servidor que irá operar a central telefônica, de acordo com as especificações técnicas constantes neste termo.
- 4.6 O equipamento será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1 - A Contratada obriga-se a providenciar o fornecimento do equipamento sempre em regime de atendimento à fiscalização do preposto do Contratante, dispondo este de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1 O Contratante fiscalizará os equipamentos entregues, por intermédio da Câmara Municipal, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as especificações, prazo, proposta e condições deste Contrato.
- 6.1.1 O Presidente designará através de Portaria o Servidor desta Casa de leis, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.
- 6.2 A fiscalização é exercida no interesse da Câmara e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, nesta hipótese, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 - É vedada a subcontratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 8.1 A assinatura do presente contrato fica condicionada a apresentação por parte da Contratada, de cópia da Certidão Negativa de Débito CND (INSS), Certificado de Regularidade de Situação CRS (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) atualizada.
- 8.2 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Contratada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), Certificado de Regularidade de Situação CRS (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) estiverem com os prazos de validade vencidos, o Contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 8.3 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Contratada será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.4 - Quando a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada a licitante subseqüente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/02.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

CONTRATANTE:

- 9.1. Acompanhar e fiscalizar o andamento da entrega do equipamento e do serviço contratado;
- 9.2. Avaliar a qualquer tempo a utilização e desempenho do equipamento, ficando a critério da CONTRATANTE a utilização de qualquer ferramenta de análise, de onde será gerado um relatório técnico, que servirá para acompanhamento da utilização e desempenho do equipamento;
- 9.3. Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no equipamento e serviço prestado para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 9.4. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para entrega, instalação e manutenção do equipamento necessário ao funcionamento do serviço, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

CONTRATADA:

- 9.5 A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento parcial ou total, isentando-o de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento do respectivo equipamento.
- 9.6 O contratado tem por obrigação de manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.7. Assegurar-se de que os preços do equipamento e serviço prestado estão compatíveis com aquele praticado no mercado:
- 9.8. Disponibilizar os produtos e serviços objeto deste Edital nos prazos estabelecidos;
- 9.9. Utilizar, exclusivamente, pessoal habilitado à prestação do serviço para os quais se comprometeu;
- 9.10. Apresentar comprovantes das especificações técnicas do equipamento constantes neste Termo de Referência;
- 9.11. O objeto deste instrumento convocatório deverá ser totalmente disponibilizado com produtos interoperáveis, para que seja utilizado todo o potencial que a mesma poderá disponibilizar;
- 9.12. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 9.13. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou preposto causarem ao patrimônio da CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 9.14. Responder por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinente à execução do serviço que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- 9.15. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade que possa colocar em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução da instalação do equipamento e o serviço, propondo as ações corretivas necessárias;
- 9.16. Submeter, sob autorização expressa da CONTRATANTE, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade na execução da instalação e do serviço;
- 9.17. Obedecer, rigorosamente, as condições deste Edital, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela CONTRATANTE;
- 9.18. Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da entrega ou quando do funcionamento irregular;
- 9.19. Por ocasião do encerramento do contrato, devolver a CONTRATANTE, toda e forma de relatórios, arquivos, imagens, audiovisuais, ou quaisquer outros meios de armazenamento, comprometendo-se a removê-las de seus equipamentos servidores, microcomputadores, disquetes, cartões magnéticos, "pen drives" ou qualquer outro meio de armazenamento, que por ventura tenha utilizado;
- 9.20. Prestar toda a orientação necessária para instalação e a perfeita utilização do equipamento e sua aplicação para a obtenção de seu máximo desempenho;

9.21 TREINAMENTO:

A CONTRATADA deverá prever treinamento, com o seguinte conteúdo programático:

9.21.1 - Programa Usuários

9.21.1.1 - Operação de Ramal

Funções básicas dos ramais de usuário;

Atendimento, encaminhamento, geração de chamadas e captura;

Simulações práticas;

9.21.2 - Programa Telefonista

9.21.2.1 - Apresentação do Sistema

Visão geral do sistema;

Principais funcionalidades;

Papel da telefonista;

9.21.3 - Sistema de Operação e Manutenção

Pregão Presencial nº. 011/2013 — Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. Proc. 0.187/2013.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Conceito;

Telas de Operação;

Atendimento, encaminhamento e geração de chamadas;

Agenda, serviço noturno e estacionamento;

Simulações práticas;

9.21.4 - Administrador Básico

Conceitos:

Configurações básicas de ramal;

Contas, Grupos, Linhas de emergência, outras configurações;

Tarifador;

Exercícios práticos.

9.22 - LOCAL E PRAZO DO TREINAMENTO

- 9.22.1 O treinamento será realizado nas dependências da Câmara Municipal de Aracruz e deverá ser realizado imediatamente após a ativação do sistema.
- 9.22.2 A Contratada deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) (a) operador (a) do sistema PABX no período de no máximo 03 (três) dias úteis, para ministrar o referido treinamento.
- 9.22.3 Os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários do operador (a), bem como os custos referentes à segurança no trabalho, alimentação e saúde correrão por conta da CONTRATADA.
- 9.224 O referido treinamento se dará no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - Havendo interesse público, o presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, não importando com isso, no pagamento de qualquer indenização à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DOS ENCARGOS SOCIAIS.

11.1 - À Contratada cabem os recolhimentos em favor da Previdência Social e os ônus inerentes às obrigações trabalhistas de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto deste contrato, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, a saber:

Pregão Presencial nº. 011/2013 — Aquisição Central telefônica nova com 08 linhas e 01 entroncamento digital E1 para 30 canais, 76 ramais analógicos e 4 ramais digitais, 4 interface celular, 4 terminal telefonista, 55 aparelhos telefônicos, placa base de acessórios com interface de configuração e gerenciamento Ethernet, software tarifador controller. Deverá estar incluso custos com instalação e insumos. Proc. 0.187/2013.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- 12.2 Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- 12.3 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da Contratada das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicado, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:
 - a) multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento realizado com atraso, até o décimo dia corrido; após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "b".
 - b) multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total da inadimplência referente aos itens constante da ordem de Fornecimento, na hipótese de qualquer das obrigações assumidas.
 - c) cancelamento da contratação e suspensão temporária do direito de licitar com o Contratante, bem como o impedimento de com ele contratar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de, no mínimo, uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento.
- 12.3.1 Constatada a inveracidade de qualquer das informações fornecidas pela Contratada, esta sofrerá suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Contratante pelo prazo de 12 (doze) meses.
- 12.4 A aplicação de multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigíveis, desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Quando necessária à modificação no valor contratual, em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, poderá ocorrer até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, servindo de base o valor unitário da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Naquilo em que for omisso o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelas condições estabelecidas no Pregão Presencial nº. 011/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

15.1 - A Câmara Municipal Aracruz deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subseqüente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da lei 8.666/1993.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO